

ANC

Sanitaristas querem direito à saúde na Constituição

segunda-feira, 2/2/87 □ 1º caderno

Simone Salles

Brasília — Saúde é direito de todos e dever do Estado. Essa frase, ou alguma coisa equivalente, será um dos artigos da próxima Constituição, se depender da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, que pretende que sua intenção, mais do que uma simples frase, tenha resultados concretos. Com esse objetivo, lutará para que a Constituição sistematize o arcabouço de um novo sistema de saúde unificado em que fiquem claras as responsabilidades da União, dos estados e municípios, além de subordinar o setor privado à política nacional de saúde ditada pelo Ministério.

Essas propostas serão o último e mais conseqüente ponto da ação organizada de um grupo de sanitaristas, articulados com políticos, que não apenas se consideram esmagados pela inoperância da máquina estatal como vivem às turras com o próprio ministro Roberto Santos, o qual, entretanto, não parece ter força para derrubá-los. Para esses sanitaristas, secretários nacionais de programas do Ministério, o PMDB assumiu compromissos reiterados insistentemente pelo presidente Sarney, mas esquecidos ou esvaziados no caminhar da Nova República. Na luta para mudar o que consideram o falido e arcaico sistema de saúde do país estão os sanitaristas Fabíola de Aguiar Nunes, Luís Felipe Moreira Lima (secretários de programas), Sérgio Arouca (Fundação Osvaldo Cruz) e o próprio secretário-geral do Ministério, José Hermógenes.

O PMDB

Em seu programa de saúde, o PMDB apresenta um perfil crítico do setor no país, apontando falhas, erros e distorções tanto em sua organização "vertical" (ministérios, secretarias estaduais e municipais) quanto na questão financiamento, para a qual considera essencial a "unificação do sistema através da montagem de uma rede regionalizada e hierarquizada de serviços". No programa, o PMDB assume compromissos como "a garantia de atendimento de qualquer indivíduo em qualquer serviço de saúde provido pelo setor público; redimensionamento e redistribuição ou expansão gradual dos serviços de saúde; elaboração do orçamento fiscal do setor, a partir da consolidação das propostas orçamentais estaduais."

Com esses compromissos, um grupo significativo de sanitaristas aceitou a incumbência de, inicialmente, "apagar os incêndios" do setor — o Brasil é o terceiro país do mundo em Aids e o quarto em hanseníase; estouraram epidemias de dengue e só a malária faz 500 mil novos casos por ano; recrudescer a mortalidade infantil, entre outros desastres — e iniciar a reforma do sistema saúde. A Nova República instalou-se, houve a 8ª Conferência Nacional de Saúde para ratificar a proposta de mudança e, no entanto, a reforma sanitária vem sendo esvaziada lenta e sistematicamente.

De grupo executor, como foi previsto na 8ª Conferência, o assunto reforma sanitária foi transformado em estudos de uma comissão interministerial. Paralelamente à comissão foi recriado, ainda, um novo Conselho Nacional de Saúde, com poder e responsabilidade de direcionar a política nacional de saúde. Isso sem consultar à Comissão de Reforma Sanitária que, em princípio, estaria reformulando inteiramente o setor. Além da falta de apoio político, os sanitaristas reclamam de "obstáculos internos", situados no 5º andar do Ministério da Saúde: o gabinete do ministro Roberto Santos.

Franco-atirador

Eles já foram chamados de PS (Partido Sanitário), mais ferinamente de PCS (Partido Comunista Sanitário), e agora, maldosamente, de idealistas. O grupo, hoje, reivindica a reforma sanitária e atua no Ministério reunindo sanitaristas de renome, como Sérgio Arouca, Fabíola de Aguiar Nunes, Luís Felipe Moreira Lima e José Alberto Hermógenes. Fora do Ministério alinham-se com o grupo políticos como Carlos Santana (presidente da Comissão de Saúde da Câmara e ex-ministro da área), Euclides Scalco (eleito deputado federal pelo PMDB do Paraná) e Almir Gabriel (eleito para o Senado pelo PMDB do Pará), entre outros. Em sua maioria, colegas de longa data do Cebes (Centro Brasileiro de Estudos em Saúde), criado por eles próprios em 1976.

A crise interna do Ministério — provocada por um diversionismo de política entre ministro e primeiro escalão — deu seus primeiros sinais com a polêmica



O ministro deu férias "compulsórias" a Fabíola Aguiar

Arquivo — 30/5/86



Para técnicos, Roberto Santos tem postura ufanista

assinatura das portarias sobre medicamentos psicotrópicos e antidiabéticos, e xaropes. Foram vários os atritos entre Luís Felipe Moreira Lima, filho do ministro da Aeronáutica, Otávio Moreira Lima, e secretário nacional de Vigilância Sanitária, e Roberto Santos. Por trás das trocas de farpas estava a intenção de Luís Felipe de moralizar o setor de vigilância sanitária, rediscutindo a normatização da área de produção e comercialização de medicamentos e insumos básicos, como o sangue. O Conselho Nacional de Saúde, recriado pelo ministro há menos de um mês, começou retirando da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária seu maior poder: o de baixar normas.

A Secretária Nacional de Programas Especiais de Saúde e mulher do ex-ministro da Saúde Carlos Santana, Fabíola de Aguiar Nunes, também enfrentou problemas com Roberto Santos. A recusa da admissão de uma cartilha incentivando o controle de natalidade levou o ministro a dar-lhe férias "compulsórias". Contra ela, Roberto Santos pensa na criação de uma nova secretaria, paralela à dela — a Secretaria Nacional de Organização dos Serviços de Saúde. Até a margem de atuação do secretário-geral (trazido da presidência da Fundação Serviços de Saúde Pública pelo próprio ministro) esta ameaçada com a criação da Secretaria Nacional de Articulação Estados-Municípios. Sem poder sobre a Fundação Osvaldo Cruz, Roberto Santos evita emencionar o nome do presidente Sérgio Arouca em suas conversas — contam assessores. O sanitaristas prevêem o "efeito cascata", caso haja alguma demissão: afinados, eles sairiam do Ministério.

— O presidente está sendo mal-informado sobre as condições sanitárias do país. O perfil epidemiológico do Brasil é catastrófico para qualquer sanitarista de respeito — argumenta Fabíola Nunes.

A opinião é compartilhada por Luís Felipe Moreira Lima.

— O presidente José Sarney está mal-assessorado. A realidade do Ministério e do setor como um todo não chega a seu conhecimento.

Os técnicos do Ministério queixam-se da postura "ufanista" de Roberto Santos, que só levaria ao presidente as realizações do Ministério da Saúde, sem enquadrá-las no quadro de necessidades do setor.

— Nosso trabalho é hercúleo e, fora do contexto, as conquistas são grandes, mas, diante da realidade nacional, nada significam — diz Fabíola Nunes.

Roberto Santos recusa-se a comentar qualquer declaração de seu secretariado, até mesmo as que o situam como um "obstáculo às mudanças".

Sem espaço dentro do próprio Ministério, o movimento sanitário busca outras linhas de ação: a Assembléia Nacional Constituinte e os governadores recém-eleitos. Desses, seis já iniciaram os estudos de reformas sanitárias estaduais: Moreira Franco, do Rio de Janeiro; Valdir Pires, da Bahia; Pedro Ivo Campos, de Santa Catarina; Max Mauro, do Espírito Santo; Alvaro Dias, do Pará; e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. O programa de saúde fluminense está sendo traçado por Sérgio Arouca. E Pedro Simon reuniu em Porto Alegre, semana passada, sanitaristas como Sérgio Arouca, José Hermógenes e Luís Felipe Moreira Lima para discutir o programa do setor para seu governo.

As propostas, ainda sem redação final, da Comissão Nacional de Reforma Sanitária — reúnem técnicos dos Ministérios da Educação e da Previdência Social, representantes de centrais sindicais, comissões de saúde da Câmara e do Senado e as secretarias estaduais de Saúde — envolvem até a criação de um Fundo Nacional de Saúde, que reuniria todos os recursos da área.

— Esses governadores eleitos não virão a Brasília de pires na mão: vão exigir recursos dignos de suas políticas de saúde — prevê José Hermógenes, que defende a reforma tributária para um repasse maior de verbas a municípios e estados.

As linhas gerais a serem levadas à Constituinte são, basicamente, a integração institucional com comando único em cada esfera de governo — acabando assim com o que o próprio PMDB, em seu programa, chama de "esquizofrenia setorial". A idéia é reunir num só ministério todas as divisões, programas e instituições (como o Inamps, principalmente), e não extingui-los.

— Os recursos dos ministérios somados aos do Inamps chegam a quase Cz\$ 70 bilhões. Se o Instituto desaparecesse, esse valor não seria reposto como orçamento fiscal, pois a saúde não tem lobby para isso.